

Estado da publicação: O preprint foi submetido para publicação em um periódico

Desorganização social e sociabilidade violenta: Um estudo de caso em Maceió (AL)

Fillipi Nascimento, Jairo da Silva Gomes

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.11661>

Submetido em: 2025-04-03

Postado em: 2025-04-28 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

Desorganização social e sociabilidade violenta:

Um estudo de caso em Maceió (AL)

Fillipi Nascimento¹

Escola Nacional de Ciências Estatísticas, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1478-534X>

Jairo da Silva Gomes²

Universidade Federal de Pernambuco, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0887-0452>

Resumo: O artigo examina as relações entre desorganização social, sociabilidade e construção simbólica da violência a partir de um estudo de caso etnográfico no bairro de Benedito Bentes, o mais populoso bairro de Maceió (AL). Com base em entrevistas, observação direta e análise documental, analisamos como processos históricos de urbanização desigual, migração interna e ausência do Estado moldaram redes de sociabilidade, produziram estigmas territoriais e favoreceram o enraizamento de formas paraestatais de regulação. A partir de um modelo analítico que articula os conceitos de desorganização social, sociabilidade violenta e estigmatização territorial, evidenciamos como as fronteiras simbólicas internas ao bairro (sua “topografia moral”) configuram trajetórias, vínculos e percepções sobre a violência. Argumentamos que a violência, mais do que ruptura, opera como linguagem social e mecanismo cotidiano de mediação nos territórios periféricos. O artigo busca contribuir para uma compreensão relacional da violência urbana no Brasil, superando leituras que a associam exclusivamente à ausência de normas ou ao colapso institucional. Ao ouvir os moradores, suas memórias e estratégias de pertencimento, evidenciamos que a experiência urbana periférica se dá entre estigmas e resistências, precariedade e agência, fragmentação e solidariedade. A análise propõe uma leitura mais densa dos efeitos sociais da segregação urbana e da produção simbólica da marginalidade.

Palavras-chave: desorganização social; sociabilidade violenta; periferia urbana.

¹ Pós-doutorando do Programa de Pós-Graduação em População, Território e Estatísticas Públicas da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE-IBGE). Doutor em sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), mestre em sociologia e graduado em ciências sociais pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Pesquisador do Insper e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (INCT/PPED).

² Doutorando em sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), mestre em sociologia e graduado em ciências sociais pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Pesquisador do grupo Redes, Sociabilidades e Poder (UFPE), do Laboratório de Estudos de Segurança Pública (LESP) e do Núcleo de Estudos da Violência em Alagoas (NEVIAL/UFAL).

Social disorganization and violent sociability:

A case study in a Brazilian city

Abstract: This article examines the relationships between social disorganization, sociability, and the symbolic construction of violence through an ethnographic case study of Benedito Bentes, the most populous neighborhood in Maceió (AL), Brazil. Drawing on interviews, direct observation, and document analysis, we explore how historical processes of unequal urbanization, internal migration, and state absence have shaped social networks, produced territorial stigmas, and fostered the entrenchment of para-state forms of regulation. Based on an analytical model that articulates the concepts of social disorganization, violent sociability, and territorial stigmatization, we demonstrate how the neighborhood's internal symbolic boundaries (its "moral topography") structure local trajectories, relationships, and perceptions of violence. We argue that violence, rather than being a rupture, functions as a social language and a routine mechanism of mediation in peripheral territories. The article seeks to contribute to a relational understanding of urban violence in Brazil, moving beyond interpretations that link it solely to the absence of norms or institutional collapse. By listening to residents, their memories, and strategies of belonging, we show that the urban peripheral experience is shaped by both stigma and resistance, precariousness and agency, fragmentation and solidarity. This analysis offers a deeper reading of the social effects of urban segregation and the symbolic production of marginality.

Keywords: social disorganization; violent sociability; urban periphery.

1. INTRODUÇÃO

O crime e a violência, compreendidos como problemas sociais de proporções crescentes, têm recebido atenção em diferentes esferas, seja no debate público, seja na esfera acadêmica, seja no âmbito das políticas públicas. Suas expressões são desiguais, pois nem todos os grupos sociais percebem o crime e a violência da mesma maneira. E, como já é amplamente referenciado, a dimensão dessas experiências varia em função de fatores como renda, raça, gênero e localização geográfica. Enquanto fenômenos socialmente construídos, o crime e a violência se expressam em formas distintas de dominação, gerando redes de exclusão que atingem diferentes segmentos da população. Tais exclusões não raro ganham contornos mais nítidos nas áreas urbanas periféricas, onde vulnerabilidades se acumulam.

A urbanização brasileira escancara a coexistência de grandes contrastes socioeconômicos. Bairros populares e ocupações informais sem acesso a serviços básicos erguem-se ao lado de condomínios fechados, dotados de ampla infraestrutura e segurança privada. Nessas divisas operam distintos mecanismos de segregação e exclusão, sobretudo quando a incapacidade do Estado em prover bens e serviços coletivos intensifica a competição por recursos e alimenta a desconfiança entre os residentes de ambos os lados. Com isso, a coesão comunitária se enfraquece, e com ela as instâncias informais de controle social, dando margem para a dissidência, para antissociabilidades e, enfim, para o crime e para a violência.

Com a intensificação das violações de direitos e a convivência rotineira com a criminalidade violenta, temos observado nas últimas décadas um aumento significativo no número de pesquisas sobre crime e violência no Brasil. A partir de diferentes recortes, pesquisadores de diferentes áreas têm contabilizado e analisado a evolução de crimes como homicídios, entre outros. As estatísticas cumprem a função de rastrear, sobretudo no caso das grandes cidades, essa evolução, mas não são capazes de cobrir as motivações e configurações desses fenômenos (Silva, 2024). No caso de unidades espaciais específicas, como os bairros, a identificação e a análise dos mecanismos que engendram essas problemáticas são ainda mais superficiais.

Este trabalho sintetiza dados e observações de um estudo de caso etnográfico, realizado no bairro de Benedito Bentes, na cidade de Maceió (AL) em meados de 2017. Trata-se de um dos bairros mais populosos da capital alagoana. Surgido na década de 1980 como resposta ao déficit habitacional, o bairro rapidamente se desenvolveu, acolhendo levas de migrantes internos, e abrigando grandes conjuntos residenciais e ocupações irregulares em grotas e encostas. O processo de expansão do bairro de Benedito Bentes não foi devidamente

acompanhado pelo poder público, criando condições propícias para o surgimento de instâncias criminais e múltiplas formas de violência.

O objetivo deste trabalho é examinar de que modo os processos observados no bairro, como a migração, o déficit crônico de serviços básicos e a estigmatização midiática do bairro influenciam nas representações locais de violência, no fortalecimento ou enfraquecimento das redes de sociabilidade e na formação de identidades territoriais. Partimos da hipótese de que a percepção depreciativa construída sobre o bairro afeta tanto a forma como os próprios moradores o vivenciam quanto a maneira pela qual atores externos (empresas, poder público, residentes de outros bairros) se relacionam com ele. E, com efeito, a maneira como o Estado, na forma da prefeitura municipal, tem planejado (ou deixado de planejar) o crescimento da cidade e a integração de diferentes segmentos da população parece caminhar na contramão de um projeto de desenvolvimento equitativo, gerando contradições e privações sociais. Em muitos dos casos, esse padrão de expansão favorece a criação de “zonas de invisibilidade” dentro da própria cidade, nas quais o controle social estatal é pouco efetivo, e onde a população se percebe sob a convivência com formas informais (ou ilegais) de regulação.

No plano metodológico, a pesquisa da qual obtivemos os dados e registros aqui reunidos, baseou-se em uma abordagem qualitativa, de cunho etnográfico, com trabalho de campo realizado entre os meses de março e setembro de 2017. Foram realizadas 23 entrevistas em profundidade com residentes de diferentes faixas etárias, regiões do bairro (conjuntos habitacionais, grotas e condomínios) e perfis migratórios. A seleção dos entrevistados seguiu o critério da diversidade de trajetórias e saturação temática. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas por meio de codificação temática, com o auxílio de um protocolo que agrupava categorias como memórias de chegada, percepções de violência, vínculos de vizinhança e formas de participação política. Nenhum dos registros obtidos na pesquisa permitiu a identificação das pessoas que os concederam, nem de seus vínculos, nem de suas funções, o que nos dispensou da necessidade de submeter o estudo à apreciação de comitês de ética conforme os termos do inciso V do art. 1º da Resolução n.º 510, de 7 de abril de 2016, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP)

A partir da premissa de que a experiência e a memória dos atores sociais lançam luz sobre as dinâmicas de violência no bairro, analisamos desde o processo de formação e desenvolvimento do antigo conjunto habitacional até transformações mais recentes, como a verticalização, destacando também a chegada de grupos criminosos e seus efeitos sobre a percepção de segurança dos residentes do bairro. Ao adotarmos a perspectiva de um estudo de caso (Fine, 1995), buscamos compreender em profundidade o contexto particular do bairro,

suas fases de constituição e o modo como seus residentes lidam com a percepção negativa sobre ele. Esse tipo de abordagem, longe de esgotar as múltiplas leituras sobre o fenômeno em escala nacional, subsidia o entendimento dos mecanismos que relacionam processos de urbanização, desigualdades socioeconômicas e violência em escala local.

Para além desta introdução e das considerações finais, o trabalho contempla duas grandes seções. Na primeira seção, revisamos as definições e as problemáticas teóricas desenvolvidas em torno das noções de “periferia”, “crime” e “violência”, sublinhando exemplos de estudos que passaram a evidenciar uma relação entre esses fenômenos e a forma como os espaços de convivência urbana são formados. No curso dessa revisão alertamos para a necessidade de melhor compreender as dimensões que criam vulnerabilidades a grupos e comunidades, argumentando que para isso é importante identificar não só os indicadores quantitativos da violência, mas ter presente as sociabilidades que se dão nos territórios.

Na segunda seção, ocupamo-nos em conhecer a história da formação do bairro de Benedito Bentes. Nesta seção reunimos dados obtidos de documentos técnicos, imagens e, como haveria de ser, memórias e lembranças dos residentes do bairro. O fazemos com objetivo de examinar os dilemas que marcam a trajetória do bairro e daqueles que lá residem, discutindo a pluralidade de percepções e os fatores gerais e específicos relacionados à violência no Benedito Bentes. Logo, veremos que os mecanismos explicativos dessa violência remetem à ingerência do poder público, bem como (e por consequência) aos estigma social entre residentes e não residentes. Esses fatores convergem na concentração de desvantagens socioeconômicas e no isolamento social e geográfico a que diversos grupos populacionais estão submetidos. Nesse contexto, a insegurança, o medo e a desorganização social se colocam como elementos que, retroativamente, contribuem para o aumento da criminalidade no bairro.

2. TEORIA SOCIAL E A CIDADE

O estudo sobre a cidade e a vida urbana engloba um conjunto de pesquisas nas Ciências Sociais. Não pretendemos aqui fazer uma revisão exaustiva das diversas gerações de pensadores e correntes de pensamento que ocuparam ou ocupam o centro desse debate, mas sim, especificamente, refletir sobre as transformações em curso nas esferas da integração urbana e social, bem como sobre como essas transformações exigem políticas e programas públicos para enfrentar problemas que surgem no âmbito das cidades. Também nos prestamos a explicar como certos estudos clássicos e contemporâneos ajudaram a delinear uma perspectiva atualizada das dinâmicas territorial e espacial, integrando as análises sobre o espaço urbano à compreensão das interações sociais que ali ocorrem.

A cidade como objeto de estudo conhece longas tradições tanto na sociologia quanto na antropologia, que, por sua vez, têm produzido teorias centradas em questões de memória, história e identidade coletiva nos grupos que habitam determinado território. Com o advento da industrialização, países como Inglaterra e França experimentaram mudanças estruturais que se refletiram nas cidades, o que levou autores como Ferdinand Tönnies, Émile Durkheim, Max Weber e Georg Simmel a relacionar esses processos a novas formas de sociabilidade.

Tönnies (2012), por exemplo, estabeleceu a distinção entre comunidade (*Gemeinschaft*), baseada em laços afetivos e tradicionais, e sociedade (*Gesellschaft*), marcada pelo cálculo racional e pelo individualismo. Durkheim (1973 [1897]), por sua vez, aplicou o conceito de anomia para descrever o enfraquecimento dos mecanismos de regulação em contextos de rápida mudança social. Weber (1966) percebeu que o desenvolvimento urbano e econômico transformava as práticas sociais e a forma como as pessoas se relacionam. Já Simmel (2005 [1903]) discutiu a “intensificação dos estímulos nervosos” como característica fundamental da experiência urbana moderna, sugerindo que a metrópole provoca relações mais fugazes e impessoais.

Essas ideias inspiraram a Escola de Chicago a desenvolver estudos empíricos sobre a cidade moderna. Park (1967) observou que o crescimento urbano não só afetava as condições materiais de existência, como também transformava o “estado de espírito” de seus habitantes, alterando valores e relações comunitárias. Wirth (1938), ao analisar o “urbanismo como modo de vida”, destacou os efeitos de elementos relacionados à morfologia urbana, como a concentração de serviços comerciais, financeiros e culturais em centros administrativos, sobre as práticas cotidianas e a organização das relações sociais.

De modo geral, segundo esses pensadores, as cidades tornam-se centros políticos, econômicos e culturais cujas dinâmicas espaciais têm consequências de largo alcance. Elas concentram diferentes classes sociais, que disputam recursos e espaços, ao mesmo tempo em que forjam valores, comportamentos, modos de vida específicos. É nesse processo que, cada vez mais, as relações sociais assumem contornos impessoais e competitivos, afetando elementos tradicionais de controle, como a família, os costumes e os hábitos locais. No entanto, a noção de “cidade” não é homogênea. Em diferentes países e momentos históricos, surgem particularidades associadas ao grau de industrialização, às políticas públicas e ao tipo de interação estabelecido entre grupos.

Assim, quando nos dedicamos a pensar o ambiente urbano como *locus* de práticas sociais e de possíveis desequilíbrios, passamos a nos questionar sobre o surgimento de conflitos, desconfiança generalizada e insegurança. Autores como Norbert Elias (1997) acrescentam que,

em contextos de grande densidade populacional, “comunidades” locais vivenciam pressões que intensificam tanto laços de solidariedade quanto conflitos marcados pelo isolamento ou pela falta de mecanismos de controle social. Torna-se, portanto, imprescindível considerar como as instituições urbanas, tanto formais quanto informais, se adaptam (ou falham em se adaptar) ao crescimento e às mudanças estruturais das grandes metrópoles.

É aqui que se inserem os debates sobre segregação. Novos desafios emergem do fato de a cidade ser fragmentada por condições de acesso a bens públicos, entre outras formas de discriminação. As diferenças de raça, renda, infraestrutura e oportunidades, geralmente refletidas pela distinção entre bairros centrais e bairros periféricos, manifestam disparidades evidentes. Esses contrastes não se restringem aos critérios econômicos. Na verdade, eles se relacionam com conflitos simbólicos, nos quais o que está em disputa são as representações sobre quem “pertence” ou não a determinado espaço.

2.1 A PERIFERIA E SUAS CONSTITUIÇÕES

Para autores como Eunice Durham (1986), a periferia sintetiza o modo de vida de grupos populares nas grandes cidades. Ali, habitações simples, por vezes irregulares, juntam-se a outras precárias, compondo uma paisagem marcada por carências materiais. Nas periferias também é possível observar uma imobilização relativa da população, já que muitas famílias se fixam nessas regiões e investem a longo prazo em melhorias na sua moradia, se necessariamente contar com o apoio do poder público. Paralelamente, o custo e a dificuldade do transporte coletivo reforçam a formação de redes de sociabilidade, ao contrário do que ocorre nas regiões mais abastadas, cujos moradores dependem menos do transporte público, podendo se deslocar de carro ou não precisarem recorrer aos espaços e equipamentos públicos de lazer e convívio.

É comum que bairros periféricos acabem se tornando núcleos especializados, com estruturas próprias de comércio e serviços, tais como mercadinhos, farmácias, igrejas e bares. Mas o desenvolvimento autônomo dessas infraestruturas não elimina os efeitos da segregação urbana e da ausência do Estado. Do contrário, a precariedade dos serviços básicos acentua desigualdades internas e externas, contribuindo para o aumento da vulnerabilidade social e a iminência da violência (Santos, 2014).

As cidades brasileiras, não muito diferentes de outras cidades do mundo, também compreendem áreas centrais (onde prevalecem investimentos de alta rentabilidade) e periféricas (caracterizadas pela ausência de infraestrutura e pela concentração de desvantagens). Algumas políticas habitacionais, mesmo quando bem-intencionadas, acabam resultando na remoção de populações inteiras para as periferias, fomentando sua expansão e agravando suas

desigualdades. Em vários casos, as famílias mais pobres recorrem à “autoprodução da moradia”, ocupando terrenos baldios, áreas verdes, encostas de morros ou regiões de risco (Senra; Bienenstein, 2023). Processos como esse impactam as sociabilidades locais, reforçando conflitos e agravando o sentimento de insegurança.

Não podemos perder de vista que essa interpretação das periferias como lugares assolados pela pobreza e esquecidos pelo Estado pode ser ampliada a partir de uma perspectiva decolonial. Concordamos com Aníbal Quijano (2010) quanto à defesa da agência política e cultural das populações periféricas. Nessa perspectiva, as periferias se constituem como territórios de resistência, onde as populações produzem modos próprios de existir, criar e reagir frente às injustiças estruturais e históricas. Autores como Pedro Jacobi (2002) destacam que, em contextos periféricos, há uma dinâmica permanente de reinvenção de práticas comunitárias e formas alternativas de organização social. Isso inclui não só a autoprodução habitacional, mas também redes de solidariedade, cooperativas econômicas, expressões culturais diversas e movimentos sociais que reivindicam direitos urbanos e visibilidade política. Ao subverter a lógica centralizada e eurocêntrica que define “cidade” e “cidadania”, esses movimentos valorizam saberes locais, marginalizados pelos poderes dominantes. Dessa maneira, compreender as periferias urbanas brasileiras implica reconhecer sua dualidade fundamental: ao mesmo tempo em que expressam vulnerabilidades e exclusões, constituem-se como espaços vivos, plurais e insurgentes de afirmação política e cultural.

Reconhecer a agência periférica não significa desconsiderar as dificuldades estruturais enfrentadas por esses territórios, mas implica compreendê-las como dimensões complementares de uma mesma realidade social. Ao mesmo tempo em que as populações periféricas desenvolvem estratégias cotidianas de resistência, sociabilidade e sobrevivência frente às exclusões históricas e às insuficiências do poder público, esses territórios ainda sofrem com precariedades materiais, como acesso limitado a serviços públicos básicos, infraestrutura urbana inadequada, baixo investimento estatal em saúde, educação, transporte e segurança pública, além de serem marcados por estigmas sociais persistentes que reforçam processos de marginalização. Portanto, uma análise consistente precisa considerar tanto as potências políticas e culturais existentes nas periferias quanto os limites impostos pelas estruturas sociais e institucionais que ainda restringem suas possibilidades de desenvolvimento e de integração social.

2.2 DESORGANIZAÇÃO SOCIAL E SOCIABILIDADES VIOLENTAS

Nos estágios iniciais de sua teorização, não havia clareza quanto àquilo que poderia ser considerado “desorganização social”, de modo que as primeiras aplicações do conceito se referiam à incapacidade das instituições e das instâncias sociais em promover a ordem nos territórios em que se situavam (Sampson; Groves, 1989). Dentre outras propostas, foi a de Sampson e Groves (1989) que encontrou maior adesão. Segundo os autores, a desorganização social deveria ser compreendida a partir da análise de determinados fatores estruturais que teriam o potencial de influenciar a capacidade de comunidades específicas de exercer o controle social sobre seus membros. Esses fatores incluiriam aspectos como baixo status socioeconômico, alta mobilidade residencial, heterogeneidade étnica e a prevalência de estruturas familiares fragilizadas ou desfeitas.

Para Sampson e Groves (1989), tais condições enfraqueceriam as redes de interação e solidariedade locais, tornando as comunidades menos capazes de enfrentar coletivamente problemas cotidianos como o comportamento antissocial, conflitos violentos e o crime. Assim, a desorganização social não decorreria simplesmente da ausência de regras formais ou informais, mas sim do enfraquecimento ou colapso das relações interpessoais e das instituições locais, o que reduziria a capacidade comunitária de articular respostas coletivas frente aos desafios internos e externos. Nesse sentido, a contribuição de Sampson e Groves (1989) foi importante, pois deslocou o foco das explicações anteriores (baseadas essencialmente na ausência de instituições ou na desordem aparente) para uma compreensão mais dinâmica e relacional, destacando a importância das redes sociais locais e das formas cotidianas de sociabilidade na produção e reprodução da ordem social.

As condições apontadas por Sampson e Groves (1989) eram encontradas especialmente nas periferias das grandes cidades norte-americanas, onde se concentrava a criminalidade, sobretudo nos anos 1960 e 1970. Dada essa convergência empírica, o conceito de desorganização social tornou-se um recurso analítico amplamente utilizado para interpretar fenômenos semelhantes em diferentes contextos urbanos ao redor do mundo. No caso brasileiro, esse conceito passou a ser apropriado, a partir da década de 1990, como uma chave analítica promissora para explicar as altas taxas de homicídio concentradas nas periferias dos grandes centros urbanos do país.

No curso dessas aplicações, logo ficou claro que a teoria da desorganização social não era plenamente suficiente para explicar a complexidade das dinâmicas da violência urbana no Brasil. Alba Zaluar (1999) foi uma das primeiras pesquisadoras a realizar uma crítica aprofundada desse conceito, demonstrando que a desorganização social, embora útil para

diagnosticar fatores estruturais relacionados à criminalidade, não conseguia abarcar plenamente as nuances das relações sociais cotidianas que se constituíam nas periferias brasileiras. Zaluar (Zaluar; Ribeiro, 2009) ressaltava a importância de se compreender as sociabilidades locais e as formas específicas pelas quais os moradores das favelas cariocas (seu contexto de investigação) estabeleciam relações de reciprocidade, confiança e disponibilidade, articuladas com estratégias informais de sobrevivência e controle social, em contextos nos quais o Estado se fazia presente de maneira precária e intermitente.

Nessa perspectiva crítica inaugurada por Zaluar, destacaram-se outros sociólogos brasileiros, como Luiz Antônio Machado da Silva (2008) e Michel Misse (1999), que passaram a aprofundar a análise sobre os padrões de sociabilidade marcados pela presença cotidiana da violência. Machado da Silva (2008) formulou o conceito de “sociabilidade violenta” para enfatizar como a violência, longe de ser um fenômeno extraordinário ou uma consequência direta e exclusiva da desorganização social, passa a fazer parte constitutiva da vida cotidiana das comunidades periféricas, moldando as interações sociais, os vínculos afetivos e as estratégias de convivência. A violência, então, deixa de ser percebida como uma simples ruptura ou exceção da ordem social e se torna um mecanismo recorrente e internalizado, por meio do qual os indivíduos e grupos negociam suas relações interpessoais e enfrentam as condições estruturais adversas, especialmente em territórios onde a presença do Estado é rarefeita e o controle social informal ocupa um lugar predominante. Nesse cenário, práticas violentas convertem-se em formas “legítimas” e “habituais” de mediação de conflitos, definição de hierarquias e garantia de respeito mútuo, operando como um recurso prático, uma espécie de “código” de interação social que permeia rotinas e comportamentos, consolidando-se como um princípio regulador das relações cotidianas em contextos periféricos.

Misse (1999), por sua vez, propôs a noção de “acumulação social da violência” para ampliar o entendimento sobre como a violência se torna um elemento constitutivo das relações sociais nas cidades brasileiras. Para o autor, a violência não se limita a ser uma expressão momentânea ou episódica decorrente de conflitos individuais ou institucionais, mas resulta de um longo e contínuo processo histórico no qual práticas violentas são sistematicamente reproduzidas, aceitas e até incentivadas em diferentes níveis da sociedade. Isso significa que, quanto mais um grupo ou território convive de forma rotineira com situações violentas, maior é a tendência dessas práticas se enraizarem nas relações cotidianas, tornando-se quase imperceptíveis como atos excepcionais ou problemáticos. Dessa forma, o conceito de acumulação social da violência destaca que o uso da violência, ao se reproduzir no tempo, gera um legado cultural e simbólico que contribui para sua naturalização e legitimação dentro das

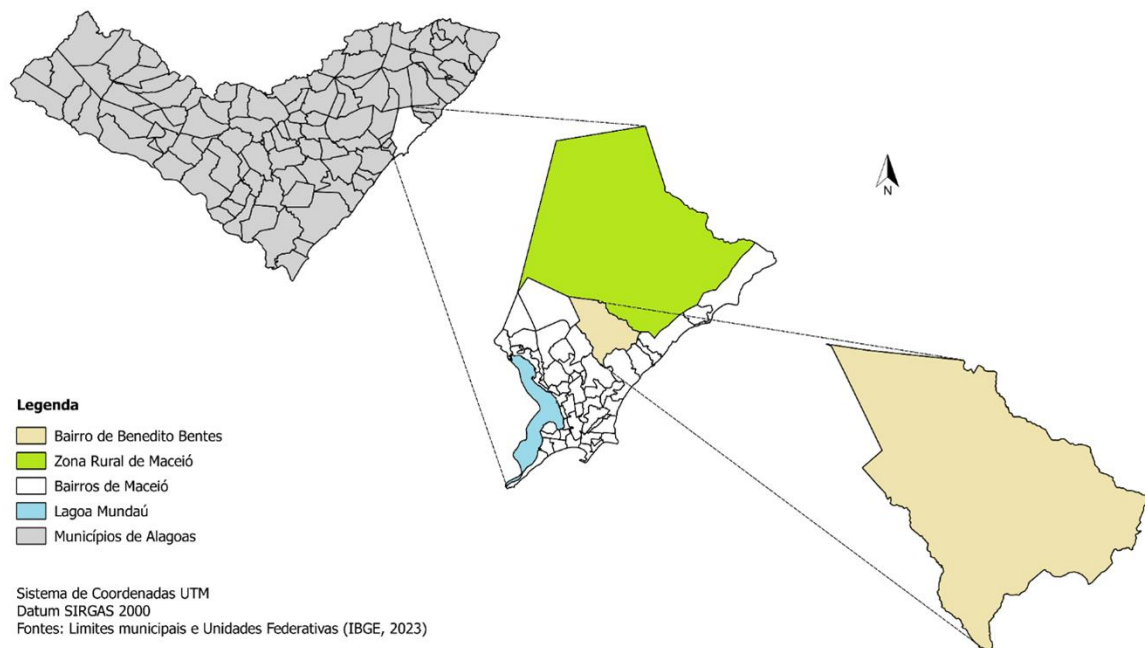
relações sociais urbanas. Essa abordagem é útil no reconhecimento do fato de que a violência, nas cidades brasileiras, é sustentada por processos históricos que normalizam práticas violentas e as integram estruturalmente à dinâmica das relações sociais cotidianas, tornando sua superação particularmente difícil.

Essas interpretações nos permitem ir além da aplicação mecânica do conceito de desorganização social, reconhecendo a violência nas periferias das cidades brasileiras como um fenômeno estrutural e relacional. As periferias seriam estruturas dinâmicas, resultantes de processos de segregação e de encontros e desencontros entre grupos diversos, cujas trajetórias se articulam com os valores e práticas de cada contexto. Desvendar esse emaranhado de relações e processos é o exercício que nos propomos a fazer, a fim de entender a violência como expressão desses densos arranjos sociais, econômicos e políticos. O fazemos a partir de um estudo de caso, qual seja, o do bairro de Benedito Bentes, partindo de um modelo teórico-analítico que articula três dimensões principais: I) os fatores estruturais da desorganização social; II) os códigos de sociabilidade violenta; e III) os processos de estigmatização territorial que produzem hierarquias simbólicas internas. Essas três dimensões são operacionalizadas na análise do bairro por meio de categorias empíricas, como o enfraquecimento de redes de apoio comunitário, a presença de formas paraestatais de regulação e a construção social da geografia da violência. É a partir dessa análise que buscamos examinar não apenas os efeitos objetivos da urbanização desigual, mas também os sentidos atribuídos pelos residentes do bairro à experiência urbana marcada pela violência.

3. O BAIRRO

3.1 FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Figura 1 - Mapa de localização da região de estudo



Fonte: Elaborado pelos autores.

Sua história inicia-se oficialmente em 1986, quando a antiga Companhia de Habitação Popular de Alagoas (COHAB-AL), com financiamento do Banco Nacional de Habitação (BNH), lançou o Conjunto Habitacional Benedito Bentes na parte alta da cidade. Este projeto governamental foi concebido como resposta ao déficit habitacional urbano, prevendo 5.528 unidades habitacionais para abrigar cerca de 27.640 pessoas. À época, o terreno escolhido ficava em uma área então pertencente ao bairro Tabuleiro dos Martins, nos limites do perímetro urbano de Maceió, o que fazia do então conjunto habitacional uma espécie de “cidade-dormitório”. O projeto já nascia imerso em contradições, pois ao mesmo tempo em que representava uma tentativa de institucionalizar o acesso à moradia popular, reiterava a lógica de segregação urbana ao deslocar os segmentos mais pobres da população para as margens da cidade (Gomes, 2018).

Figura 2 - Vista aérea do conjunto habitacional Benedito Bentes



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (1986).

Foi no ano de 2000 que o conjunto habitacional passou a ter o status de bairro por intermédio da Lei Municipal nº 4.952/2000. Nesse mesmo ano o censo estimou a população de Benedito Bentes em 68 mil residentes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2000), dado que o caracterizava como o bairro mais populoso de todo o estado de Alagoas, com a maior densidade demográfica urbana da capital. Parte desse processo de adensamento observado no bairro se deu em função da proliferação de ocupações irregulares e loteamentos informais em seu entorno. Mas não podemos debitar o caráter ostensivo e desordenando da expansão do bairro da “pressão demográfica” que se observava na capital (como se observava em outras cidades brasileiras à época). E em que pese a ingerência do poder público municipal na gestão dos fluxos migratórios internos e no acompanhamento das dinâmicas territoriais geradas por suas próprias intervenções (Majella, 2019), foram vários os processos que contribuíram para o redesenho urbano do bairro no curso do tempo. Dentre eles, destaca-se, em primeiro lugar, o colapso do modelo agroexportador alagoano, notadamente centrado na produção da cana-de-açúcar. A crise do setor sucroalcooleiro, agravada desde os anos 1980 por fatores como o fim dos subsídios federais ao álcool combustível, a concentração fundiária e o

avanço da mecanização, gerou o deslocamento em massa de trabalhadores rurais para a capital, formando um êxodo silencioso mas constante. Milhares de famílias, sem acesso à terra nem perspectivas de reinserção no mercado de trabalho agrícola, passaram a buscar alternativas de sobrevivência em Maceió, pressionando as franjas urbanas e ocupando terrenos disponíveis (ainda que desprovidos de infraestrutura básica).

Esse movimento migratório de caráter intraestadual, intensificado ao longo da década de 1990, inscreve-se na aplicação que Graziano da Silva (1999) faz da expressão “modernização conservadora”, processo em que o campo se esvazia sem que a cidade esteja preparada para absorver seus contingentes populacionais. No caso de Maceió, o bairro de Benedito Bentes se tornou o território mais disponível (não apenas em termos geográficos, mas também em termos políticos e institucionais) para acolher esses grupos, o que explica em parte o crescimento vertiginoso da sua população nos primeiros anos do novo milênio.

Outro elemento estrutural que impulsionou essa dinâmica foi a reconfiguração do mercado de trabalho urbano. A abertura econômica do Brasil nos anos 1990, somada à desindustrialização precoce e à crescente precarização das relações de trabalho, afetou drasticamente a economia alagoana. Na capital, as oportunidades formais de emprego tornaram-se escassas, e a informalidade (sobretudo em setores como o comércio e a construção civil) passou a predominar como alternativa de sustento (Lira, 2007). Diante da queda na renda per capita e do agravamento das desigualdades urbanas, o acesso à moradia passou a depender, em grande medida, das ocupações coletivas e de redes informais de loteamento, que se consolidaram no interior do bairro de Benedito Bentes. O perfil da população que recorria a esses meios de habitação não se confundia com o das camadas médias urbanas. Tratavam-se de sujeitos que vinham de pequenos povoados do interior do estado, da zona rural maceioense e de outros bairros da capital que compartilhavam da condição de vulnerabilidade e da ausência de suporte estatal, como Jacintinho, Vergel do Lago e Trapiche da Barra (Gomes, 2018).

Não menos importante, o contexto político-administrativo de Alagoas nos anos 1990 impôs obstáculos adicionais ao ordenamento urbano de Maceió. O colapso financeiro do Estado, agravado por sucessivas crises políticas (como a cassação de Fernando Collor de Mello e os escândalos de corrupção que minaram a credibilidade das instituições estaduais) comprometeu a capacidade de planejamento urbano em escala metropolitana. A falência das políticas públicas estruturantes e o desmonte da máquina pública provocaram uma retração expressiva dos investimentos em infraestrutura, saneamento, mobilidade e habitação popular (Majella, 2019). A ausência de um plano diretor aliado à falta de articulação entre os entes federativos, permitiu que grandes vazios urbanos nas periferias de Maceió fossem sendo

ocupados à revelia de qualquer lógica urbanística. No bairro de Benedito Bentes, isso se traduziu na proliferação de loteamentos clandestinos e no crescimento das grotas, edificações precárias erigidas em encostas e vales, que abrigavam a população em situação de extrema pobreza.

Figura 3 - Vista aérea da grota da alegria, Benedito Bentes



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Já no início dos anos 2000, multiplicaram-se no interior do bairro novos conjuntos habitacionais, alguns deles subsidiados pelo programa Minha Casa Minha Vida. Esses conjuntos passaram a compor a malha urbana de forma orgânica, mas ainda assim desordenada. O crescimento exponencial do bairro, tanto em termos demográficos quanto territoriais, suscitou um processo de autonomização econômica e política que culminou, em 2002, com o Projeto de Lei Complementar nº 98/2002, que visava à criação do município de Benedito Bentes, com base no argumento de que uma cidade (Maceió) não seria capaz de cuidar de outra. Muito embora o projeto não tenha sido aprovado, o debate sobre a emancipação administrativa do bairro teve o efeito de chamar a atenção do poder público municipal, que passou a investir em equipamentos urbanos, como escolas, postos de saúde, praças e terminais rodoviários.

Paralelamente, o governo estadual também buscou impulsionar o desenvolvimento da região, atraindo investimentos do setor privado. Um marco simbólico dessa estratégia foi a instalação de uma fábrica da Coca-Cola. A chegada da empresa foi sucedida pela construção de shoppings, faculdades e redes de comércio varejista, o que ajudou a transformar parte do bairro em uma centralidade periférica. Esses empreendimentos, somados aos esforços pontuais de urbanização, contribuíram, em certa medida, para alterar a paisagem e o imaginário social sobre o bairro, ou melhor, sobre certas regiões do bairro. Isso porque os investimentos não se distribuíram de forma equânime pelo território. Algumas regiões, especialmente aquelas próximas às vias principais e aos recentes empreendimentos comerciais, receberam maior atenção e passaram a ser percebidas como “mais urbanizadas”. Mas outras áreas, notadamente as grotas, continuaram à margem dos processos de regularização fundiária e de provisão de infraestrutura urbana. Nessas localidades, o senso de descaso e abandono promovido pela ausência do Estado favoreceu a emergência de outras formas de organização, estruturadas em torno de economias ilícitas e circuitos violentos de sociabilidade.

Ao longo dos anos 2010, o bairro de Benedito Bentes se consolidou como um território de disputa entre facções criminosas, com registros crescentes de homicídios decorrentes de confrontos armados. Nas grotas e nos conjuntos habitacionais mais isolados, esses grupos passaram a exercer uma espécie de poder paraestatal, operando sistemas próprios de controle e mediação de conflitos (Gomes, 2018). Esses processos concorriam com outros como a verticalização residencial, com a construção de edifícios multifamiliares ligados a programas habitacionais. A verticalização alterou a fisionomia do bairro, inclusive, acentuando a densidade populacional em áreas já tensionadas pelo crime, o que, por sua vez, desencadeou conflitos latentes entre os grupos criminosos e ampliou as disputas territoriais por domínio de pontos estratégicos para o comércio de drogas. Especificamente nesse contexto, a verticalização do bairro assumiu contornos ambíguos. Porque se por um lado ampliou o acesso formal à moradia, por outro, reproduziu padrões de guetificação verticalizada, como já observado em outras cidades brasileiras (Maricato, 2011; Rolnik, 2015).

Muitos desses condomínios foram implantados em áreas sem equipamentos públicos no entorno, sem planejamento de mobilidade urbana e com baixa vigilância institucional. A aglomeração populacional em unidades habitacionais padronizadas e isoladas facilitou a atuação dos grupos criminosos, que passaram a disputar o controle interno dos blocos e de suas imediações, convertendo escadas, corredores e áreas comuns em zonas de vigilância ou retaguarda operacional (Tenório, 2011).

Esse cenário se complexificou ainda mais a partir de 2018, com o impacto indireto do colapso urbano causado pela Braskem. O afundamento dos bairros do Pinheiro, Mutange, Bebedouro, Bom Parto e parte do Farol, provocado pela mineração de sal-gema ao longo de décadas, levou à desocupação forçada de milhares de imóveis, afetando diretamente mais de 55 mil pessoas, segundo dados da Defesa Civil (apud Seixas, 2023). Como parte das medidas emergenciais, muitas dessas famílias foram realocadas para conjuntos habitacionais na parte alta da cidade, notadamente, em bairros como Tabuleiro do Martins, Cidade Universitária e Benedito Bentes.

Os efeitos desse deslocamento compulsório foram vários, da perda de vínculos territoriais, à desarticulação de redes de apoio, da redução do capital social à ruptura com as referências espaciais construídas no tempo. Ao serem inseridas em áreas já marcadas por vulnerabilidades, essas famílias se viram sob a hostilidade e desconfiança mútua daqueles que “as recebiam”. Não raro, a chegada desses “novos moradores” foi interpretada como uma ameaça aos pactos locais de convivência, produzindo fraturas sociais internas e, em certos casos, o acirramento de conflitos (Gomes, 2018).

Devemos reiterar que esses impactos não incidiram de maneira uniforme sobre o território. Ao contrário, revelaram e aprofundaram as desigualdades já existentes dentro do próprio bairro, evidenciando o quanto Benedito Bentes é constituído por uma multiplicidade de realidades urbanas. Essas heterogeneidades internas desafiam as representações monolíticas e estigmatizadas que recaem sobre o bairro como uma constituição uniforme. Trata-se de um território onde as fronteiras entre ordem e desordem, formalidade e informalidade, segurança e risco, estão em constante negociação, desenhadas por processos históricos, políticas públicas desiguais e múltiplas formas de agência. Dessa forma, compreender o bairro de Benedito Bentes exige um olhar atento às suas contradições estruturais, mas também à diversidade das experiências individuais e coletivas que ali se reproduzem.

3.2 IMPRESSÕES E REPRESENTAÇÕES DOS RESIDENTES

A construção da imagem coletiva de um bairro não se dá apenas pelos acontecimentos históricos ou pelas intervenções do poder público. Ela se dá, essencialmente, pelas experiências cotidianas de quem o habita. No caso do bairro de Benedito Bentes, essas vivências compreendem dinâmicas de vizinhança, memórias de chegada, percepções sobre segurança, acesso a serviços e transformações urbanas que impactam diretamente na forma como os moradores se reconhecem e são reconhecidos por outros segmentos da cidade. Ao longo dos anos, as narrativas em torno do bairro passaram a mesclar relatos de acolhida, solidariedade e

forte senso de comunidade com episódios marcados por violência, carências estruturais e estigmas reproduzidos pelos meios de comunicação. Dessa forma, a imagem do bairro configura-se pela sobreposição de memórias pessoais, experiências coletivas e representações externas.

A memória cumpre o papel de revelar como os primeiros moradores criaram vínculos afetivos e sociais, ao mesmo tempo em que lidavam com a falta de equipamentos básicos e com uma distância (geográfica e simbólica) do restante de Maceió. A vivência de quem se mudou para o bairro em meados dos anos 1980, por exemplo, reflete uma ambiguidade entre esperança e dificuldade. Se havia a satisfação de adquirir um lugar para morar, havia também o desafio de estruturar novas redes de apoio e serviços em um espaço que parecia remoto e pouco valorizado pelo restante da cidade. Em muitas dessas lembranças, emergem cenas do cotidiano que incluem ruas ainda vazias, distâncias acentuadas até o comércio ou hospital mais próximo e a necessidade de improvisar soluções coletivas para problemas de infraestrutura básica.

Se quisermos compreender como essas memórias ajudam a formar a imagem atual do bairro, precisamos nos atentar às narrativas que demonstram as razões que motivaram a chegada de tantos grupos a essa localidade. É igualmente relevante notar como, ao longo do tempo, os moradores reconstróem o bairro no plano simbólico, conferindo-lhe significados de “lugar de partilha” ou de “oportunidade de vida nova”, mas também expressando as frustrações diante das promessas políticas não cumpridas e do descaso do poder público na concessão precária de certos serviços. É nesse sentido que surgem falas como a de moradores que tanto reforçam laços de solidariedade e um senso de pertencimento quanto expressam desconfiança com o poder público, a violência em determinadas áreas e o receio com a entrada constante de novos habitantes. A repetição de determinados problemas e a aparente ausência de soluções definitivas fortalecem, em alguns discursos, a noção de que o bairro estaria “à margem”, alimentando um imaginário externo de lugar perigoso e sem lei, um estereótipo que incapaz de definir o bairro e suas heterogeneidades.

As narrativas, nesse processo, registram diferentes camadas de memória que não aparecem de forma imediata nos dados estatísticos ou nas análises institucionais. Quando contam suas histórias de vida no bairro, os residentes expõem as transformações que acompanharam, as redes de sociabilidade que constituíram e a maneira como se relacionam com as mudanças na paisagem. É por intermédio dessas lembranças que nos propomos a entender as nuances dos primeiros momentos da ocupação do bairro, as dificuldades de adaptação, as formas de organização comunitária e as reações aos sucessivos empreendimentos (públicos ou privados) que surgem na região. Em meio a isso, ressaltamos a formação de novas

gerações, pessoas que nasceram já no bairro de Benedito Bentes e que construíram (e constroem) uma memória distinta daqueles que vieram de outras localidades, muito embora algumas dessas vivências compartilhem dos mesmos desafios.

A dimensão simbólica e afetiva do bairro se mostra, por exemplo, quando os moradores relatam a importância das relações de vizinhança, que muitas vezes funcionam como rede de apoio, substituindo a ausência do Estado em áreas com menor presença de infraestrutura. Em outros casos, essa mesma vizinhança se transforma em espaço de disputa, sobretudo quando há ocupações irregulares, conflitos ligados ao tráfico de drogas ou a chegada repentina de novos grupos vindos de diferentes lugares. Compreender como essas situações são percebidas e narradas é crucial para decifrar os códigos e as imagens em disputa. De um lado, há aqueles que enxergam o Benedito Bentes como um “território violento” e, de outro, aqueles que apontam a riqueza das trocas comunitárias e do senso de pertencimento.

Apresentamos a seguir trechos de depoimentos que exprimem diferentes trajetórias de vida no bairro de Benedito Bentes, apontando tanto as motivações de chegada ao bairro quanto as impressões sobre a sua transformação ao longo dos anos. Esses relatos também dão conta da tensão entre as expectativas de quem vislumbra um futuro promissor na região e a frustração daqueles que percebem o crescimento como desordenado, desigual e violento.

Em fevereiro de 86, logo assim que recebemos a casa, nós viemos logo morar. Até porque você corria o risco, de como hoje ainda acontece, né, de deixar a casa fechada alguém vir e invadir. Então, por motivo da invasão a gente veio logo morar aqui. E aí quando nós chegamos aqui no Benedito Bentes, tudo diferente do que é hoje, né, muito diferente. E as ruas ainda não eram habitadas. Era poucas pessoas que morava. Aqui mesmo na rua que eu moro só tinha quatro a cinco famílias, nada mais que isso. Agora todo dia chegava gente pra morar. Era mudança todo dia, todo dia. Nós fomos nos acostumando, mas era muito difícil... um conjunto recém formado, não tem tudo o que você espera, a distância é muito grande, apenas um ônibus, só havia um mercadinho, uma panificação, açougue... uma distância que eu nem tô mais lembrada onde era o açougue. As pessoas nos perguntavam: “menina, como é que vocês vão morar num lugar daquele tão longe, que não tem nem transporte? Outros perguntavam: Dona A. tá morando aonde? Deus me livre, menina, ali é uma viagem, né? Eu só percebi o quanto o Benedito Bentes era longe quando meu filho sofreu um acidente dentro de casa. Virou a máquina por cima dele, tivemos que ir pra o pronto socorro. Aí eu vi o quanto era distante [risos]. Eu morava no Jacintinho, fui morar na Levada com meu marido, na casa de minha sogra. Minha mãe é de Viçosa e passou a morar no Jacintinho quando foram entregues umas casas da COAHB lá, em 70. Igual a aqui, fundação de conjunto. (...) Então, no Jacintinho era igual aqui, começo de conjunto, aos poucos que ia aparecendo padaria, supermercado, era o mesmo problema com ônibus, pouco transporte para muita gente, não tinha aquelas favelas que tem hoje, era tudo mato. É engraçado, você me fez lembrar como é tudo igual... limpando e se apossando... limpando e se apossando... e colocando gente. Você vê que tem gente até embaixo quando a gente passa, né. (...) Quando a gente chegou houve uma invasão, o povo que não tinha casas dessas daqui, mas queria se aproveitar, pegaram casas e depois era expulsos. Esse povo assim do Vergel, da beira da lagoa, dos interiores, que são aproveitadores. (...) Logo quando a gente chegou era mais seguro. Mas só foi seguro até os dez anos, porque depois foi aparecendo as favelas. Aquele povo que era

expulso ia fazendo casinhas aos arredores. Você dormia e quando acordava já tinha gente morando que você nunca viu na vida. Essa rua aqui do nada encheu, o povo invadia e morava nas casas por um tempo. Aí eles descobriam e expulsava. Daí esses expulsos inconformados, ia fazendo suas casinhas nas áreas verdes. E isso se repetia. Se duvidar, se repete até hoje (A., em entrevista concedida em 11 de julho de 2017).

O depoimento em questão evidencia, em primeiro lugar, como a incipiência de serviços essenciais (transporte coletivo, unidades de saúde, estabelecimentos comerciais de primeira necessidade) constituiu uma espécie de “marco fundador” na memória dos primeiros habitantes do bairro. Na medida em que essas carências se tornaram experiências compartilhadas e reiteradas no cotidiano, passaram a integrar o repertório de lembranças que circulam entre familiares, vizinhos e novos moradores. Esse processo de rememoração coletiva, tal como propõe Halbwachs (2006), constrói uma identidade baseada na vivência comum de privação, o que, paradoxalmente, fortaleceu laços de solidariedade.

Entretanto, esse mesmo processo de construção de laços internos gerou, aos olhos de quem vivia em outras áreas de Maceió, uma percepção de “bairro distante”, seja no plano geográfico, seja no plano simbólico. As dúvidas e o estranhamento (“Como vocês conseguem morar lá em cima? Tão longe de tudo?”) foram se repetindo de modo a criar um estereótipo de um lugar quase inacessível e com poucos atrativos urbanos. Esse discurso ganhou força pela própria carência de transporte eficiente e pela imagem que se difundia sobre a região, muitas vezes reforçada pelos meios de comunicação ao reportar apenas problemas estruturais e casos de violência.

No decorrer dos anos, esse estigma de “lugar longe” foi incorporado ao imaginário coletivo de tal maneira que até hoje reverbera em falas de quem não conhece o bairro em profundidade, intensificando a segregação simbólica e dificultando a integração urbana. A “distância”, então, não se restringe à quilometragem entre Benedito Bentes e o centro de Maceió, mas envolve também barreiras culturais, econômicas e sociais, reatualizadas pela memória pública acerca das origens precárias do local.

No olhar daqueles que chegaram ainda na infância ou adolescência essa precariedade no provimento de bens e serviços se faz igualmente presente, mas não se sobrepõe ao sentimento de pertencimento cultivado ao longo do tempo. As lembranças do convívio entre vizinhos, dos passeios em meio aos riachos que cortavam a região ou mesmo das primeiras ruas que ganharam movimento com a chegada de novos moradores se combinam para criar um imaginário em que Benedito Bentes aparece como “lugar de construção de identidades”. Nesse sentido, o território não é apenas um “cenário passivo”; ele se torna o palco de uma infinidade de histórias de vida e de laços interpessoais que formam a trama social do bairro. As crianças e

adolescentes que ali chegaram nos primeiros anos de ocupação, ou que já nasceram no Benedito Bentes, vivenciaram a consolidação de rotinas escolares, de brincadeiras na rua, de festividades locais. Para essas gerações, o bairro deixou de ser apenas uma opção barata ou imposta pelo poder público, e transformou-se em um espaço de referências pessoais (da padaria recém-inaugurada à pracinha improvisada, passando pelos campos de várzea ou pelas feiras que forneciam produtos básicos).

O Benedito Bentes, na verdade, é a minha vida. Cheguei aqui com oito anos de idade, uma família pobre: eu, minha mãe, meu pai e mais quatro irmãos. Vivemos sempre nesse conjunto que era chamada de Asa Branca, justamente por ter os muros baixinhos, uma pequena cidade de interior rural, onde na verdade tudo era muito branquinho, muito novo. Estima-se, hoje, que a população atual é do Benedito Bentes é de duzentos e vinte mil habitantes. O complexo habitacional Benedito Bentes iniciou-se com o Benedito Bentes I e aí foi crescendo o Benedito Bentes II e adjacências, hoje são trinta conjuntos e quinze grotas, com os novos condomínios que estão chegando então a população do Benedito Bentes só tem a crescer. E com isso também, os grandes empreendimentos educacionais, comerciais que estão vindo pra nossa região. A questão da educação ainda está muito defasada, muito dos alunos que hoje moram no Benedito Bentes tem que se deslocar com um transporte de péssima qualidade pra outras comunidades, pra o CEPA, pra outras comunidades próximas como o Graciliano Ramos, porque o Benedito Bentes não comporta a quantidade de alunos que nós temos. O bom daqui sempre foram os rios, o Benedito Bentes é coberto de rios, né?, E a gente sempre teve os vizinhos, a presença, que terminavam se tornando família também. Então a gente tem grandes lembranças desse bairro que nos traz alegria de morar aqui, um bairro que tem um calor humano muito grande. Então, o Benedito Bentes é o nosso lar é o nosso cantinho. Irei completar 30 anos de Benedito Bentes (M., em entrevista concedida em 14 de agosto de 2017).

Conforme o bairro crescia (com a expansão de conjuntos habitacionais, de grotas e de condomínios populares), os mais jovens testemunhavam a multiplicação de contrastes. Ao lado de ruas pavimentadas, surgiam áreas de moradia irregular; enquanto certos lugares recebiam pequenas melhorias, outros permaneciam praticamente à margem. Essas experiências juvenis moldaram um olhar crítico em relação ao poder público, mas também suscitaram iniciativas de organização comunitária e de participação política, à medida que as gerações mais novas passaram a compreender o Benedito Bentes como seu território.

Eu vim morar aqui um ano após a inauguração do bairro, em 1987, eu tinha 19 anos. Desde cedo, quando eramos jovens, começamos a nos preocupar com os problemas que ia aparecendo aos poucos. Era água que faltava, era a energia que faltava, buracos que alagavam nas ruas. Era um povo que ninguém sabia de onde vinha que ia morar praticamente no seu quintal. Isso fez algumas pessoas começarem a se organizar e criar representações nas comunidades. Até que em 1986, criamos uma prefeitura comunitária para levarmos os problemas prefeitura da cidade. Se a prefeitura não vinha até a gente, a gente criou uma forma deles saberem que a gente existe. E no começo isso parecia que funcionava porque alguns pedidos eram atendidos (...). Os pedidos eram esses para maior policiamento, distribuição da água e da energia. E eternamente consertarem a estrada da Cachoeira do Meirim, que só tiveram essa preocupação com a chegada do Shopping. Hoje eu acredito que a prefeitura

comunitária não funciona mais porque aqueles que era líderes se tornaram vereadores e enquanto vereadores influenciam a votação e colocam lá quem eles bem querem. Cria um grupo de pessoas na prefeitura e os sócios votam em quem eles querem. Entendeu? Na minha época era disputa forte, era confusão mesmo, tinha briga. Os moradores dos conjuntos viam votar, respeitavam isso. Tinham essa preocupação de cuidar do bairro. Então a preocupação de quem entra na prefeitura é ganhar visibilidade para se tornar vereador da cidade. (...). Minha visão hoje sobre o bairro é que ele cresceu desorganizadamente. A pista de acesso só dava um carro do início até o final, depois limpavam um caminho que era um perigo. Ninguém queria vir morar no Benedito Bentes. Era pior do que a situação que se encontra o Conjunto Aprígio Vilela, que hoje tem um posto de saúde e uma creche que é só o esqueleto da estrutura e serve apenas para o tráfego. A construção nunca acabou (A., em entrevista concedida em 21 de fevereiro de 2017).

Esses fragmentos de memória mostram como o Benedito Bentes deixou de ser visto pelos próprios moradores apenas como “um conjunto habitacional” e passou a ser compreendido como uma espécie de “cidade dentro da cidade”, abarcando conjuntos, grotas, condomínios, pequenos comércios e uma população que, em grande parte, construiu ali sua história de vida. Ao mesmo tempo, surgem menções à falta de escolas suficientes, à precariedade no transporte e às tentativas de organização comunitária como formas de reivindicar melhorias. Tais iniciativas reforçam a ideia de que a coletividade teve (e ainda tem) um papel fundamental na criação de identidades locais.

O inconformismo ante a ausência de respostas do poder público para problemas recorrentes é um aspecto marcante desse fragmento de memória. A menção à “prefeitura comunitária” ilustra, inclusive, como os moradores buscaram, ao longo do tempo, desenvolver mecanismos de articulação política para ampliar sua voz. Mesmo assim, a percepção de que lideranças comunitárias acabaram se convertendo em meros repetidores das práticas políticas tradicionais reflete uma desilusão com os rumos da participação popular. Essa frustração acaba impactando a própria imagem que se constrói a respeito do bairro, um lugar em que a esperança pela mobilização cede espaço à crença de que o crescimento desordenado gerou mais obstáculos para o bem-estar coletivo.

Nas áreas de grotas, as histórias de chegada ganham novos contornos, pois muitas famílias foram alocadas (ou se alocaram) em espaços tão ou mais precários do que os conjuntos originais. A memória desses moradores costuma evidenciar como a falta de saneamento, de lazer e de outros serviços básicos se intensifica em localidades que, por muito tempo, não recebiam obras de infraestrutura. Isso reforça uma cisão interna no imaginário da população do bairro, porque se por um lado, há regiões do bairro que contam com melhorias recentes e grandes empreendimentos, por outro, subsistem áreas com alto índice de vulnerabilidade, criando uma espécie de “dualidade territorial”.

Eu acho que foi esse shopping pátio que que atraiu esses prédios pra cá. Tem muita gente morando hoje, tem muita construção sendo feita, essa parte da Cachoeira do Meirim toda nova, toda limpinha. [...] Eu moro aqui há mais de 20 anos e nunca vi problema aqui, nessa parte aqui, nessa rua, nada nada. Lá pra dentro é que você vai encontrar muito problema, eles saem de lá com essas camisas da macha azul e do comando vermelho e vem logo de monte metendo medo nas pessoas. (A., em entrevista concedida em 22 de agosto de 2017).

A distinção entre o “aqui” e o “lá pra dentro” também traduz uma geografia moral interna ao bairro, que segmenta os espaços em zonas de segurança e de perigo, a depender do grau de presença institucional e da circulação dos sujeitos. Essa divisão não se reduz a uma demarcação física (embora o relevo sobre o qual se estendem as grotas contribua para isso), mas se constrói, sobretudo, por meio de um regime simbólico de significações compartilhadas que atribui valores distintos a diferentes partes do território. Assim, forma-se o que podemos chamar de topografia da respeitabilidade, na qual certas áreas ganham estatuto de “habitáveis”, “tranquilas”, “familiares”, enquanto outras são estigmatizadas como espaços de risco, ilegalidade e violência.

Essa geografia moral atua como um dispositivo de ordenamento social no interior da própria periferia, reiterando processos de exclusão e estratificação que se dão dentro do bairro e entre seus próprios moradores. O que se estabelece, então, é uma fronteira interna que distingue os que estão “do lado de cá” (próximos ao comércio, aos serviços públicos, às avenidas asfaltadas, à circulação policial e às áreas “valorizadas”) e os que vivem “lá pra dentro”, nas grotas e nos conjuntos mais afastados, esquecidos pelo poder público, regidos pelas governanças criminais.

Essa fronteira simbólica é sustentada por narrativas reiteradas cotidianamente. São práticas discursivas que desumanizam e isolam, cristalizando a imagem de que determinados espaços e seus habitantes são naturalmente violentos. Como nos orienta Wacquant (2001), a estigmatização territorial funciona exatamente como uma forma de “condenação social por lugar”, em que o endereço do sujeito passa a operar como marcador de sua moralidade, confiabilidade e pertencimento. Nesse processo, o bairro se reconfigura como um mosaico de microterritórios hierarquizados, cuja valoração depende do nível de infraestrutura, da presença do Estado, da visibilidade na mídia e das redes de sociabilidade ali predominantes. O acesso diferencial aos bens públicos reforça essa clivagem, pois tende a concentrar recursos nas áreas já tidas como “melhores” e a negligenciar aquelas onde os problemas se acumulam. Esse tipo de desigualdade territorializada aprofunda o sentimento de abandono entre os moradores das

áreas mais precárias e favorece o enraizamento de formas alternativas de regulação da vida social, muitas vezes calcadas na coerção, no medo e na lógica da força.

A construção simbólica da violência, nesse sentido, não nasce da violência em si, mas de um sistema de interpretações e práticas que seleciona, organiza e dissemina certas imagens sobre o território e seus habitantes. Ela é parte de um discurso social mais amplo que legitima intervenções seletivas do Estado, ações policiais mais violentas em certas regiões, e o próprio afastamento afetivo e social entre moradores do mesmo bairro. O “outro violento” passa a ser sempre o morador da grota, do conjunto recém-criado, do beco mais escondido, independentemente das suas práticas reais. Essa lógica não apenas distancia fisicamente os moradores, como também compromete a construção de vínculos coletivos e de uma identidade comum de bairro. A fragmentação espacial, nesse caso, traduz-se em uma fragmentação moral, na qual a ideia de “comunidade” se esfacela e os horizontes de solidariedade se estreitam.

Nesse mesmo sentido, entendemos que a noção de desorganização social não deve ser compreendida como a ausência de ordem, mas como a presença de múltiplas ordens concorrentes que não dialogam entre si e que, frequentemente, se chocam. O estigma reconfigura o modo como os próprios moradores se percebem e se relacionam consigo e com os espaços. E as narrativas que aqui reunimos apontam para uma geografia afetiva marcada por fronteiras internas que não aparecem no mapa, mas que orientam comportamentos e trajetórias cotidianas: ruas que devem ser evitadas, horários considerados perigosos, locais onde “não se entra”. A desconfiança, nesse caso, não é apenas em relação ao “outro” genérico, mas ao outro próximo, vizinho, conterrâneo de bairro, que passa a ser interpretado como ameaça potencial. A desorganização não é apenas estrutural ou institucional, ela se estende sobre o campo das representações e das experiências cotidianas.

Portanto o entendimento da “violência no bairro” exige ir além dos indicadores de criminalidade e dos discursos securitários. É preciso reconhecer, nas falas e nas práticas, os esforços de resistência, os rearranjos coletivos e as formas de solidariedade que emergem mesmo em contextos adversos, e assim deslocar o olhar da “violência como desvio” para a “violência como sintoma”, não de uma falência moral dos sujeitos, mas de um projeto de cidade que os excluiu desde o início. É a partir dessas observações que passamos, no tópico seguinte, a examinar os dilemas que marcam as trajetórias de vida em Benedito Bentes, discutindo percepções e fatores concretos relacionados à violência no bairro.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo sobre o maior bairro da capital alagoana, o bairro de Benedito Bentes, buscamos compreender como processos históricos de urbanização desigual, fluxos migratórios internos e dinâmicas de estigmatização territorial se articulam para constituir sociabilidades marcadas pela violência. Mais do que descrever a ausência de serviços públicos ou os índices de criminalidade, procuramos analisar como os moradores interpretam, enfrentam e ressignificam as formas de vida que se desenham nesse território.

Ao longo da análise, tornou-se evidente que a violência não se apresenta apenas como resultado da ausência estatal, mas também como linguagem social e mecanismo cotidiano de mediação. Em diferentes áreas do bairro, o crime organiza relações, define códigos de conduta e atua como forma paralela de regulação. Isso não significa ausência de ordem, mas sim a existência de múltiplas ordens sobrepostas, em conflito, que configuram o cotidiano dos moradores. Essa observação desafia explicações lineares sobre a desorganização social. Os dados e relatos analisados mostram que o bairro não se estrutura a partir de um vácuo normativo, mas de uma disputa entre formas formais e informais de controle social. A presença intermitente das instituições estatais contribui para a emergência de circuitos próprios de convivência, em que o medo, a vigilância e os pactos de silêncio compõem o repertório de convivência em determinadas localidades.

Um dos elementos centrais da análise é a identificação daquilo que chamamos de “topografia moral do bairro”: uma geografia simbólica interna que distingue áreas mais ou menos seguras, mais ou menos habitáveis, dentro dos limites de um único bairro. Essas fronteiras não são oficiais, mas regulam trajetos, vínculos e percepções. São desenhadas não só pela presença (ou ausência) do poder público, mas também pelos discursos cotidianos, pelas experiências de violência e pelas representações sociais que circulam entre os próprios moradores.

As memórias aqui reunidas evidenciam o bairro como um espaço funcional e afetivo. As lembranças da chegada, da construção das primeiras redes de apoio, das lutas por infraestrutura e das transformações urbanas revelam como os vínculos territoriais são constituídos para além da precariedade material. O pertencimento, nesses contextos, convive com o estigma, e o orgulho de ter construído uma vida no bairro disputa espaço com o sentimento de abandono. Nesse sentido, o estudo de Benedito Bentes contribui para a compreensão das periferias urbanas não como espaços homogêneos ou desprovidos de agência, mas como territórios onde se produzem sentidos, se constroem identidades e se negociam diariamente formas de convivência diante das múltiplas ausências. A violência, nesse contexto,

precisa então ser reconhecida também como sintoma: não da falência moral de seus habitantes, mas de um projeto urbano que historicamente produziu exclusão.

A abordagem etnográfica adotada nos permitiu captar nuances que dificilmente emergiriam de uma análise estritamente quantitativa. Ouvir os moradores, acompanhar suas trajetórias, entender suas práticas e inquietações nos possibilitou produzir uma leitura mais densa das relações sociais que sustentam (ou desestabilizam) o cotidiano do bairro. Essa escuta mostrou que, ao lado do medo e da fragmentação, persistem redes de solidariedade, formas de resistência simbólica e experiências compartilhadas de pertencimento que desafiam os estigmas mais recorrentes. Com isso, reafirmamos neste estudo a relevância das abordagens locais para a análise da violência urbana, sobretudo para compreender como ela é vivida, nomeada e enfrentada por aqueles que convivem com ela.

REFERÊNCIAS

DURHAM, E. R. Sociedade vista da periferia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, p. 84-99, 1986.

DURKHEIM, É. **O suicídio**. Lisboa/São Paulo: Editorial Presença/Martins Fontes, 1973. (Original de 1897)

ELIAS, N. **Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FINE, G. A. **Handbook of Qualitative Research**. [s.l.]:[s.n.], 1995.

GOMES, J. S. et al. Habitação, desorganização social e violência: situação e perspectiva no bairro Benedito Bentes, Maceió-AL. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – ICS/UFAL, Maceió, 2018.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1996.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **Censo demográfico 2000**, 2000. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9663-censo-demografico-2000.html>. Acesso em: 02 abr. 2025.

JACOBI, P. R. Políticas sociais locais e os desafios da participação cidadina. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 7, n. 3, p. 443-454, 2002.

LIRA, F. J. **Formação da riqueza e da pobreza de Alagoas**. Maceió: Edufal, 2007.

MACHADO DA SILVA, L. A. Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública. In: **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 35-45, 2008.

MAJELLA, G. **Maceió em guerra: exclusão social, segregação e crise da segurança pública**. Maceió: Edição do autor, 2019.

MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MISSE, M. **Malandros, marginais e vagabundos: a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Sociologia) - IUPERJ, Rio de Janeiro, 2009.

NASCIMENTO, F. L.; GOMES, J. S. Prevendo o medo do crime: evidências a partir de um bairro maceioense. **Revista Ciências Humanas**, v. 13, n. 2, 2020. DOI: [10.32813/2179-1120.2020.v13.n2.a621](https://doi.org/10.32813/2179-1120.2020.v13.n2.a621).

PARK, R. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O. G. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 25-66.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

SAMPSON, R. J.; GROVES, W. B. Community structure and crime: Testing social-disorganization theory. **American Journal of Sociology**, v. 94, n. 4, p. 774-802, 1989.

SANTOS, K. L. Uma nova pobreza urbana? A financeirização do consumo na periferia de São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)**, v. 16, n. 1, p. 153-167, 2014.

SEIXAS, J. ‘Vocês precisam sair ou serão presos’: as famílias obrigadas a deixar suas casas por risco de colapso de mina da Braskem em Maceió. **BBC News Brasil**, Maceió, 01 dez. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/clwpp1j093jo>. Acesso em: 02 abr. 2025.

SENRA, K. V.; BIENENSTEIN, G. A “máquina de produzir periferia” e o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, PDUI/RMRJ (2018). **Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica**, n. 26, 2023.

SILVA, F. L. N. **Matar e morrer em Maceió: um estudo sociológico sobre as configurações da violência letal na capital alagoana**. Tese (Doutorado em Sociologia) - CFCH/UFPE, Recife, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/57842>. Acesso em: 02 abril 2025.

SIMMEL, G. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). **Mana**, v. 11, p. 577-591, 2005.

TENÓRIO, S. Moradores são expulsos para casas servirem ao tráfico. **Jornal do Sindicato dos Policiais Civis de Alagoas**, 8 mar. 2011. Disponível em:

<https://sindpolalagoas.com.br/noticia/moradores-sao-expulsos-para-casas-servirem-ao-traffic/>. Acesso em: 02 abr. 2025.

TÖNNIES, F. **Gemeinschaft und Gesellschaft: Theorem der Kultur-Philosophie**. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2012.

WAQUANT, L. **Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada**. Tradução de João Roberto Filho. Rio de Janeiro: Renavan: FASE, 2001.

WEBER, M. **The city**. Tradução e edição para o inglês de Don Martindale e Gertrud Neuwirth. Nova York: The Free Press; Londres: Collier-Macmillan, 1966.

WIRTH, L. Urbanism as a way of life. **American Journal of Sociology**, v. 44, n. 1, p. 8, jul. 1938.

ZALUAR, A. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. **São Paulo em Perspectiva**, v. 13, p. 3-17, 1999.

ZALUAR, A.; RIBEIRO, A. P. A. Teoria da eficácia coletiva e violência: o paradoxo do subúrbio carioca. **Novos Estudos CEBRAP**, p. 175-196, 2009.

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES:

Fillipi Nascimento: Revisão teórica, conceitualização, elaboração dos modelos analíticos e redação do artigo.

Jairo da Silva Gomes: Revisão teórica, conceitualização, elaboração dos modelos analíticos e redação do artigo.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE:

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.